

PREFÁCIO

MÁRIO JORGE BARROCA

Nos confins de Trás-os-Montes, mais perto da fronteira com Espanha do que do olhar dos portugueses, erguem-se as ruínas de um castelo que, outrora, teve papel de algum relevo no ordenamento da fronteira do reino: o castelo de Outeiro (ou, como alguma documentação antiga designava, o castelo de Outeiro de Miranda). As suas ruínas passam hoje despercebidas ao olhar de um viajante menos atento. E os parcos muros que dele sobrevivem, despojados de todas as pedras trabalhadas de alguma qualidade ou dimensão, mal deixam adivinhar a forma original que esta estrutura teve. No entanto, o castelo de Outeiro conservou alguma importância e visibilidade até uma fase relativamente tardia da nossa história. Como Ana Maria da Costa Oliveira determina neste seu minucioso estudo, a primeira referência documental a Outeiro de Miranda remonta a 1194, quando a póvoa é mencionada entre os limites de um escambo assinado por D. Sancho I. O regresso de Outeiro à posse da Coroa portuguesa seria um acontecimento do reinado de D. Dinis, o monarca que em 1290 outorgou foral aos moradores de Outeiro. Mas durante mais de século e meio, Outeiro de Miranda foi uma póvoa aberta, isto é, desprovida de estruturas militares. O seu castelo só aparece mencionado, de forma explícita, em 1361. A sua fundação, no reinado de D. Afonso IV, pode ser entendida como um momento terminal da política de reordenamento fronteiriço, encetada por seu pai, D. Dinis, que conduziu muitas terras de fronteira à posse da Coroa e que permitiu a realização de reformas profundas no sistema defensivo do reino, com a plena afirmação do castelo gótico.

As referências documentais ao castelo de Outeiro foram sempre muito parcas e lacunares e, por isso, nem sempre devidamente valorizadas. Os seus testemunhos iconográficos mais antigos são as vistas que Duarte de Armas nos legou no seu *Livro das Fortalezas* — nas suas duas versões: o Códice de Madrid e o Códice de Lisboa, neste último acompanhadas por uma preciosa planta, cuidadosamente legendada, cheia de pormenores e informações. Mas, ao contrário do que aconteceu com tantos castelos portugueses, que se esvaziaram de sentido e funcionalidade com o triunfo das armas de fogo, a importância de Outeiro chegou até bem mais perto dos nossos dias. Com efeito, nos arquivos militares portugueses conservam-se algumas plantas das estruturas defensivas de Outeiro, levantadas nos meados do século XVIII, que revelam que, nessa altura, a sua estrutura continuava a despertar interesse entre os engenheiros militares portugueses. Poucos anos volvidos, em 1762, no âmbito da Guerra Fantástica, que opôs os dois reinos vizinhos, o castelo voltou a suscitar interesse. Datada desse ano de 1762 conserva-se, na Real Academia de la Historia, em Madrid, uma planta do castelo de Outeiro, levantada por engenheiros militares castelhanos. O conflito, que se iniciou a 9 de maio, e se prolongou até 24 de novembro de 1762, conduziu, logo no dia 13 de maio, à conquista do castelo de Outeiro. A data ficou tristemente gravada no devir de Outeiro porque coincidiu com o incêndio do seu

castelo, às mãos das forças castelhanas, e o início da sua ruína. Esvaziado de sentido e de valor estratégico, as suas estruturas conheceram então uma rápida degradação.

Servem estas palavras de introito à monografia que o Leitor tem entre mãos. Ela corresponde ao laborioso trabalho de Ana Maria da Costa Oliveira que, com uma enorme paciência e persistência, foi tecendo uma trama em torno da história deste castelo transmontano. Percorrendo as principais coleções de documentos medievais, pesquisando em revistas, monografias e arquivos, foi coligindo um volume de informações absolutamente extraordinário para um castelo sobre o qual quase nada se conhecia. Este labor prolongou-se durante vários anos de trabalho — certamente mais do que os que deveriam ter sido dedicados se, em circunstâncias normais, a sua Autora tivesse conseguido dedicar a sua atenção apenas à pesquisa que tinha entre mãos. Mas foram as circunstâncias possíveis. E, neste quadro, a persistência evidenciada pela Ana Maria da Costa Oliveira, não deixando cair por terra o seu projeto de investigação, sucessivamente adiado pelas vicissitudes profissionais, ganha outros contornos e outro mérito.

O trabalho que aqui se apresenta corresponde, com ligeiras adaptações (inevitáveis quando se prepara um trabalho académico para uma edição pública de âmbito mais alargado), ao conteúdo da sua dissertação de mestrado, de que tive o prazer de ser orientador. Mas o percurso académico da Ana cruzou-se comigo muito antes de se inscrever no curso de mestrado. Com efeito, a Ana foi minha aluna na Licenciatura de Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre 1999-2000 e 2002-2003, numa altura em que o plano curricular do curso envolvia um «Seminário de Projecto», no segundo semestre do último ano. Nesse Seminário, a Ana escolheu-me como orientador, e dele resultou uma pequena monografia, entretanto editada em livro, intitulada *Duas Torres Senhoriais do Vale do Sousa* (Lordelo: Fundação A LORD, 2006). Nela a Ana estudou a Torre dos Alcoforados (Lordelo, Paredes) e a Torre de Vilar (Vilar do Torno e Alentém, Lousada). Alguns anos volvidos, em 2007-2008 inscreveu-se no curso de Mestrado em Arqueologia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e, uma vez mais, veio trabalhar comigo. Depois de cumprida a componente curricular, os afazeres profissionais foram impedindo a conclusão do trabalho, a qual veio a ocorrer apenas em 18 de novembro de 2015 com a defesa da dissertação intitulada *Castelo de Outeiro, um marco na fronteira transmontana*. Como referimos, a monografia que o Leitor tem agora entre mãos resulta de uma adaptação, minimalista, da sua dissertação de mestrado. Terminada a etapa de mestrado, a Ana decidiu prosseguir estudos, e inscreveu-se em doutoramento. E, como não há duas sem três, voltou a escolher-me como seu orientador. Neste momento está a finalizar a sua tese de doutoramento, que aborda precisamente a organização militar da fronteira transmontana, na qual o castelo de Outeiro é uma peça desse imenso puzzle.

Os estudos de castelologia portuguesa têm conhecido grande desenvolvimento nas últimas décadas, fruto de um crescente número de intervenções arqueológicas e de investigações, muitas delas conduzidas no âmbito de provas académicas. Mas continuamos a carecer de uma boa série de monografias que estudem, de forma detalhada e devidamente fundamentada, a história dos nossos castelos. Temos, obviamente, algumas honrosas exceções que nos apraz aqui registar, como é o caso da monografia que Saúl António Gomes consagrou ao castelo de Leiria ou do estudo modelar que Isabel Cristina Ferreira Fernandes dedicou ao castelo de Palmela. Mas precisamos de mais. Só com um conjunto numeroso de monografias de castelos poderemos dar um salto qualitativo nos estudos de castelologia e traçar novas sínteses. É nesse contexto que devemos encarar a presente monografia sobre o castelo de Outeiro — um sólido trabalho que ajudou a resgatar do esquecimento este castelo da fronteira transmontana. Um trabalho que urgia editar, para não ficasse esquecido nos repositórios dos trabalhos académicos e fosse revelado à comunidade dos investigadores, dos simples curiosos e, sobretudo, dos habitantes de Outeiro. Para que saibam compreender, valorizar e estimar o seu património: a memória do seu passado, que devem transmitir às gerações futuras.

Uma última palavra para as entidades promotoras desta edição: o CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória — unidade de investigação sediada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (unidade de I&D 4059 da FCT), que em boa hora aceitou patrocinar a edição desta obra, que se integra plenamente nos seus desígnios científicos; e a Junta de Freguesia de Outeiro, que cedo compreendeu a importância de que se reveste este estudo para a valorização do património cultural de Outeiro. Não podíamos, por isso, deixar de testemunhar o nosso reconhecimento à Professora Doutora Amélia Polónia, Coordenadora Científica do CITCEM, e ao Senhor César Gustavo Garrido, Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro, por terem permitido que este estudo saísse dos prelos. E, claro, felicitar muito particularmente a Ana Maria da Costa Oliveira pelo trabalho que realizou.

Mário Jorge Barroca
(Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
Investigador do CITCEM)